

Economia.

Aeroportômetro

811

dias para a conclusão da obra

 EDITORA:
 JOYCE MERIGUETTI
 jmeriguetti@redgazeta.com.br
 Tel.: 3321.8327

R\$ 700 MILHÕES A MAIS COM RECEITA DE PETRÓLEO

Arrecadação do Estado é fruto de unificação de campos no Litoral Sul

 BEATRIZ SEIXAS
 bseixas@redgazeta.com.br

O Espírito Santo poderá ter sua arrecadação – fruto das receitas de Participação Especial com a produção de petróleo e gás no Parque das Baleias, no litoral Sul – incrementada em R\$ 700 milhões por ano, sendo R\$ 560 milhões para os cofres do governo do Estado e R\$ 140 milhões para municípios capixabas.

O valor aumentará em cerca de 60% a arrecadação do governo, que em 2014 registrou R\$ 946 milhões de receita com Participação Especial (PE). Já as cidades que devem ser beneficiadas são: Presidente Kennedy, Itapemirim, Marataízes, Piúma e Anchieta.

O aumento é reflexo de

uma decisão do Tribunal Arbitral Internacional, que estipulou que a Petrobras deverá obedecer à determinação da ANP que obriga a estatal a considerar os sete campos produtores do Parque das Baleias (Baleia Anã, Baleia Franca, Baleia Azul, Jubarte, Cachalote, Pirambu e Caxaréu) como única área produtora, passando a se chamar Campo Jubarte.

Na prática, essa união dos campos permitirá que o cálculo da PE não seja feito somente sobre a produção de Jubarte e Cachalote, como acontece hoje, mas sobre o volume total de óleo produzido no Parque das Baleias, atualmente da ordem de 210 mil barris por dia.

De acordo com a Corte de Arbitragem, a Petrobras será

INVESTIMENTOS

“Nesse momento de crise, ter a possibilidade de receber recursos e usar em investimentos é muito importante”

RODRIGO RABELLO
 PROCURADOR-CHEFE PGE

obrigada a depositar, trimestralmente, R\$ 350 milhões em favor da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Desse total, que começará a ser pago em agosto, cerca de R\$ 175 milhões cabem ao governo do Estado e municípios capixabas, e o restante é, conforme a legislação, de direito da União.

O procurador-geral do

Estado, Rodrigo Rabello, explicou ontem que essa mudança começou a ser discutida em janeiro de 2012, quando o governo do Estado elaborou uma nota técnica apontando os prejuízos sofridos pelo Espírito Santo em decorrência da divisão dos campos. Em 2014, então, a ANP reconheceu a legitimidade da solicitação da Procuradoria-Geral (PGE) e determinou à Petrobras – concessionária dessas áreas – que considerasse os sete campos como único.

A estatal não concordou com a nova definição e propôs ação judicial, que desde então tem sido favorável aos interesses do Estado, embora ainda esteja em tramitação no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Paralelamente,

Pagamento de R\$ 2,2 bi retroativo

Além de determinar o pagamento trimestral de Participação Especial, o Tribunal Arbitral solicitou à Petrobras e à ANP que apresentem até o próximo dia 15 o cálculo exato do valor devido pela companhia e uma proposta para depósito desses recursos. O valor até então estimado pela ANP é de R\$ 2,2 bilhões, sendo que metade caberia ao Espírito Santo.

te, houve a decisão do Tribunal de Arbitragem, no último dia 2, estipulando que enquanto o processo trami-

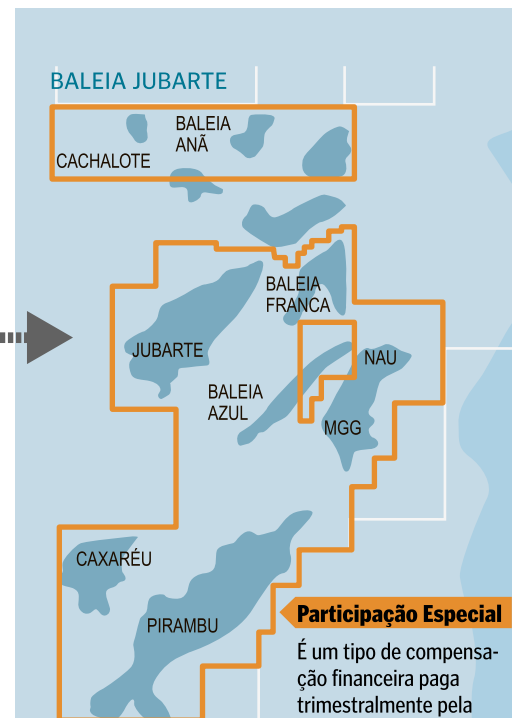
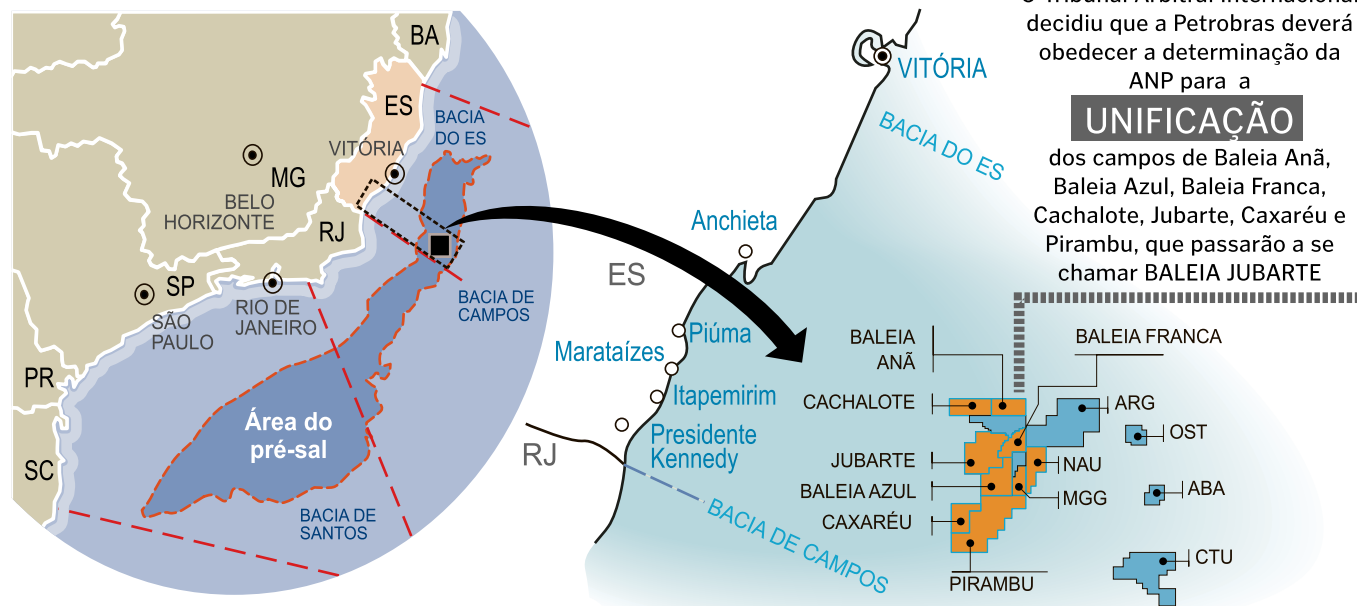
tar na Justiça comum, a Petrobras deve realizar o pagamento de R\$ 350 milhões de Participação Especial.

O procurador-chefe da Procuradoria de Petróleo, Mineração e Recursos Naturais, Cláudio Madureira, afirmou que os cálculos exatos de quanto o Estado vai receber não foram finalizados. “Ainda precisamos avaliar. Afinal, as estimativas que foram feitas em 2014 devem ser revistas diante do cenário atual, com preço do barril de petróleo muito inferior ao praticado no ano passado, alta do dólar e diferente volume de produção”.

Por nota, a Petrobras informou que a decisão é de natureza preliminar e que continuará atuando na defesa dos seus direitos.

UNIÃO DAS BALEIAS

Unificação dos campos pode render **R\$ 700 milhões** aos cofres do Estado



A produção de petróleo do Parque das Baleias, que hoje engloba os campos em questão, foi de cerca de **210 mil barris/dia em abril**

A decisão eleva em cerca de **R\$ 1,4 bilhão** por ano a arrecadação de Participação Especial para a União, Estado e municípios

Só o Espírito Santo receberia **R\$ 700 milhões** a mais por ano

Em 2014, o governo do Estado recebeu **R\$ 946 milhões** de Participação Especial